



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA

ESTADO DO PARANÁ

Av. Getúlio Vargas, 2420 – Fone/Fax: (44) 3236-1222

CEP: 87120-000 - CNPJ: 76.282.706/0001-55

E-mail: pmfloresta@irapida.com.br

LEI Nº 924/2010

Dispõe sobre o pagamento de débitos e obrigações do Município de Floresta, nos termos do art. 100 §§ 3º e 4º da Carta Magna, decorrentes de Decisões Judiciais consideradas de pequeno valor – RPV

A Câmara Municipal de Floresta, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. - O pagamento de débitos e obrigações do Município de Floresta, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, nos termos do art. 100 §§ 3º e 4º da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo requisitante.

§ 1º. – Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos e obrigações de valores equivalentes até R\$. 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 2º. - Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no § 1º. deste artigo continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º - Os pagamentos das RPV de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentária - financeira do Município de Floresta, e serão atendidos conforme ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal de Finanças.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA

ESTADO DO PARANÁ

Av. Getúlio Vargas, 2420 – Fone/Fax: (44) 3236-1222

CEP: 87120-000 - CNPJ: 76.282.706/0001-55

E-mail: pmfloresta@irapida.com.br

Art. 3º - Se o valor do débito ou da obrigação ultrapassar o limite da RPV previsto no § 1º. desta lei, o credor poderá renunciar ao crédito excedente, para beneficiar-se do pagamento sem expedição de precatório judiciário.

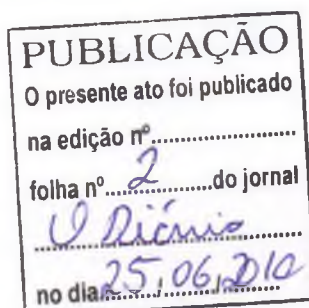
§ 1º. – É vedado o fracionamento do valor total da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

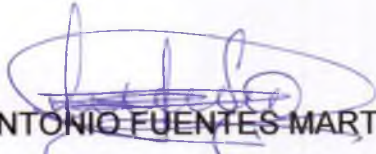
Art. 4º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de sessenta dias, contado da apresentação de requerimento à Secretaria Municipal de Finanças, instruído com o ofício requisitório, expedido pelo Juízo requisitante e cópia da sentença com certidão de trânsito em julgado.

Art. 5º - Para os pagamentos de que trata esta Lei, serão utilizadas dotações orçamentárias sob a classificação de manutenção e despesas para fazer frente custas/sentenças Judiciais, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Floresta, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2010.




ANTONIO FUENTES MARTINS
Prefeito Municipal